



EDITORIAL / EDITORIAL

O PAPA DA CONVERSÃO E DA MISERICÓRDIA

The Pope who leads to conversion and mercy

Johan Konings SJ
Geraldo Luiz De Mori SJ *

Os artigos temáticos desta publicação apresentam o pontificado do Papa Francisco, nascido Jorge Mario Bergoglio, em Buenos Aires, 1936, 266º Papa da Igreja Católica e atual Chefe de Estado do Vaticano, eleito papa em 13 de março de 2013, depois da renúncia do Papa Bento XVI (o primeiro papa a renunciar depois de Gregório XII em 1415), com o lema “*Miserando atque eligendo*”. A própria eleição, embora não totalmente inesperada, causou surpresa e até consternação. Um Papa não apenas não italiano, mas não europeu (embora de pais italianos), controvertido quanto à sua posição político-ideológica. Os da teologia da libertação lembraram sua ação disciplinar como provincial dos jesuítas na Argentina contra seus companheiros imprudentes no tempo da ditadura militar, mas logo depois de suas primeiras manifestações como papa foi a direita católica que não quis reconhecê-lo como seu este “papa comunista”. Pouco depois, as palavras críticas dirigidas aos cardeais e o afastamento do Secretário de Estado e camerlengo pontifício, o cardeal Bertone, em outubro de 2013, confirmaram o projeto de Francisco quanto à reforma da estrutura interna da Igreja.

A conversão interna da Igreja parece ser seu primeiro alvo, mas seus gestos e escritos mostram que ele não vê a Igreja separada do mundo, mas antes,

* Johan Konings é professor de Sagrada Escritura e Geraldo Luiz De Mori é professor de Teologia Sistemática, ambos do Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

como povo eleito para ser o “sacramento” da misericórdia de Deus no mundo. E por isso, ao mesmo tempo em que combate a “mundanidade” – principalmente do clero –, ele percorre o mundo dirigindo-se a todos os lugares onde as carências do povo expõem a ausência de justiça e fraternidade. Sua atividade é marcada pela paradoxal combinação de severa crítica ao egoísmo (seja privado ou público), de profunda e contagiante alegria e de “simplicidade simplesmente evangélica”. Enquanto seus gestos significativos são amplamente divulgados pela mídia, parece-nos importante focalizar seus pronunciamentos e escritos maiores, principalmente, as exortações apostólicas pós-sinodais *Evangelii Gaudium* (2013) e *Amoris Laetitia* (2016), e a encíclica *Laudato Si'* (2015).

As exortações apostólicas pós-sinodais refletem não apenas as convicções pessoais do papa, mas nelas ele assume o consenso dos sínodos pós-conciliares, dedicados respectivamente à evangelização e à família. Os sínodos pós-conciliares, constituídos por representantes eleitos pelas conferências episcopais do mundo inteiro, são um instrumento valioso para perceber as necessidades pastorais e o *sensus fidelium* da Igreja universal. Sua acolhida pelo papa lhes garante um estatuto de unidade e universalidade e um lugar de destaque no magistério eclesial ordinário. Às vezes membros da hierarquia se esquecem de que é a voz da Igreja toda que é assim escutada.

A *Evangelii Gaudium* (EG) logo chamou atenção pelo título, que, por um lado, lembra a *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI e, por outro, evoca a alegria, dimensão que (por desconhecimento) não se costumava associar a documentos pontifícios. A alegria do evangelizar (n. 9-13) é a chave de leitura. Evangelizar não é um dever que se impõe extrinsecamente, mas uma missão que nos é confiada para a realização do bem que procura comunicar-se. Com sensibilidade psicopedagógica, Francisco lembra que uma vida intensa de doação generosa, não sem sacrifício, realiza-nos bem mais que uma vida acomodada (n. 10). Assim, ele toma posição contra a ideologia do consumo que devasta a nossa sociedade (e o mundo com ela, como ele mostrará na *Laudato Si'*).

A EG se dirige “ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos” e trata do “anúncio do Evangelho no mundo atual” (subtítulo). Retoma os trabalhos do sínodo de 2012. Vê a Igreja “em saída”, como comunidade de discípulos-missionários que tomam a dianteira (“primeirizam”, n. 24). Igreja não voltada sobre si mesma, mas assumindo com ânimo sua missão no mundo. É essa a verdadeira conversão pastoral: sair do umbiguismo. E em função desse estado de missão permanente (*ad extra*), a partir do coração do Evangelho (n. 34), é inadiável que a Igreja se renove *ad intra*, quanto ao espírito e às estruturas (n. 27ss.), inclusive o papado (n. 32). Mas essa missão não é triunfalista. Inscreve-se nas limitações humanas. Age como uma mãe de coração aberto. É Igreja para

todos, e por isso acolhedora, mas não exclusivista, antes, “fermento de Deus no meio da humanidade” (n. 114).

Ouvindo a voz do mundo através dos pastores reunidos, a *EG* aponta os problemas da comunidade humana que também serão enfocados nos escritos ulteriores: o “não à economia de exclusão”, à nova idolatria do dinheiro e à desigualdade que gera a violência; preocupação com a cultura, tanto a de raiz como a urbana atual. E isso num espírito confiante, afastando o pessimismo estéril (n. 84). A missão da Igreja é marcada pelo nome de Cristo e procura instaurar relações novas geradas por Cristo (n. 87).

Neutralizando uma dicotomia que se percebe aqui entre nós e também no mundo inteiro, o texto mostra a união inseparável da confissão da fé e do compromisso social (n. 177ss.), o “laço indissolúvel entre a recepção do anúncio salvífico e um efetivo amor fraterno” (n. 179). Reitera o lugar privilegiado dos pobres no povo de Deus, outra maneira de dizer “opção pelos pobres” (termo usado sem adjetivos no n. 198). E assume a linguagem do cuidado, o cuidado dos frágeis, inclusive as pessoas vítimas das diversas formas do tráfico (n. 211ss). A perspectiva final é a da paz e do bem-estar social, exigindo o diálogo com todos e, especialmente, o diálogo ecumênico e inter-religioso (244ss.).

A *Amoris Laetitia* (AL), como o *laetitia* (“alegria”) no título sugere, deve ser situada na mesma linha. O sínodo de 2014 e 2015, que ela representa, foi inspirado precisamente pelo de 2012, e a rapidez da acolhida e publicação pelo papa mostram que o assunto preenche o seu coração. Publicada no ano *jubilare* da Misericórdia (2016), a exortação quer sair de uma moral familiar e sexual restritiva, muitas vezes percebida como repressora, descartada por grande número de católicos, para uma ética que parte da situação das famílias. Abre também a porta a reinterpretar as diretivas do magistério no passado e afirma que “nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais” (AL, n. 3). Recorda a importância da consciência das pessoas, que deve ser respeitada pelos pastores. Abre a perspectiva a uma descentralização na tomada de decisão pastoral, permitindo que os episcopados locais tomem decisões com base na própria situação e cultura locais.

A atmosfera da reflexão é criada pelo Salmo 128[127] e Gênesis 1–2: uma visão feliz do amor de homem e mulher e da unidade fecunda que eles constroem, confirmada por Cristo. Mas também, muitas vezes, palco de experiências dramáticas, ao mesmo tempo que de trabalho e ternura. A situação atual da família é vista com muita objetividade e acuidade. A unidade e indissolubilidade do matrimônio não se salvam por meras afirmações doutrinárias. É preciso motivar a abertura à graça (n. 37). Reconhece o veio de narcisismo que em nossa cultura atual alimenta afetividades sem limitações (n. 41), além de todos os outros fatores que dificultam o

estabelecimento de uma família harmoniosa. Esta situação é confrontada com a atitude de Jesus e a doutrina da Igreja, olhando também para as situações imperfeitas. Muito rico é o cap. IV, sobre o amor no matrimônio, iniciado por 1Cor 13 como texto programático. Também o crescimento e dinamismo próprio do amor conjugal são felizmente lembrados. O cap. V trata do amor fecundo, com todas as questões relativas ao planejamento familiar, e o cap. VI aborda perspectivas pastorais, com destaque para a importância das orientações pedagógicas e psicológicas dos casais. O cap. VII se estende sobre a educação dos filhos: educação geral, realista, (se possível) no contexto da família, com um claro sim à educação sexual, o que em muitos países do Terceiro Mundo não é algo evidente. Falando do acompanhamento, no cap. VIII, é dito que nas situações “irregulares” vale o discernimento, não um fundamentalismo canônico-jurídico. É afirmada a integração dos “irregulares” na comunidade cristã sob as diferentes formas possíveis, sem que o Direito Canônico possa prever todos os casos (n. 299s.). Em tudo isso vale “a lógica da misericórdia pastoral” (n. 307ss.). O último capítulo (XI) propõe, enfim, uma espiritualidade matrimonial.

O terceiro grande texto deste pontificado provém da iniciativa pessoal do Papa: a encíclica *Laudato Si'* (LS; o título é transcrito do texto de São Francisco de Assis em dialeto úmbrio). Espontaneamente pensamos na ameaça apocalíptica de Jesus: “A vinda do Filho do Homem será como no tempo de Noé. Nos dias antes do dilúvio, todos comiam e bebiam, homens e mulheres casavam-se até o dia em que Noé entrou na arca. E nada perceberam até que veio o dilúvio...” (Mateus 24,37-39). A humanidade está desestruturando e esgotando o seu próprio habitat, sua “mãe terra”, e nem precisará um Filho do Homem-Juiz para pronunciar o veredicto, pois os próprios fatos condenarão a humanidade ao desaparecimento por causa deste matricídio. Porém, embora “as previsões catastróficas já não se possam olhar com desprezo e ironia” (n. 161), o Papa Francisco fala com um amor que reflete o amor que Deus nos dedica disponibilizando para nós a “mãe terra”. O Francisco argentino faz um apelo à nossa dignidade e responsabilidade. “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária” (n. 160). A questão ecológica deve ser abordada numa percepção global e toca aos valores mais profundos de nossa existência como indivíduos e como seres sociais. A preocupação com a terra não é pela terra em si – esta “se vira”, como se diz – mas por nós e nossos filhos. Não fala numa perspectiva de pós-humanidade, mas de humanismo profundo. Nossa “mãe” precisa de cuidado: “Que necessidade tem de nós esta terra?” (n. 160).

O texto passa então a considerações bem concretas sobre o diálogo acerca do meio ambiente na política internacional e o diálogo para novas políticas nacionais e locais (o que muitos considerarão como intromissão ou

ingenuidade). Critica as políticas focalizadas nos resultados imediatos (n. 178) – e não podemos negar que o Brasil é um destes casos. Insiste na continuidade das políticas, pois os resultados não dependem da vida de um só governo (n. 181). Sem querer substituir-se aos debates científicos, o Papa convida a “um debate honesto e transparente para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum” (188). Em vez de repetir projetos de governo que não conseguem responder ao desafio urgente e gigantesco que o meio ambiente apresenta, “precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais” (n. 174) – bens que não podem ser defendidos adequadamente por uma mera economia de mercado (n. 190). O sexto e último capítulo propõe uma espiritualidade e educação ecológicas. E como as palavras do Evangelho acima citadas, o Papa procura provocar uma conversão: a “conversão ecológica” (216s.), de que já falava o Papa João Paulo II, o “cuidado da casa comum”, como diz o subtítulo da encíclica.

Uma voz que grita no deserto – numa terra que se transforma em deserto? Depende de nós. Mas o que queríamos mostrar é a profunda coerência dos grandes textos do Papa Francisco, que confirmam o que demonstram suas ações significativas e mobilizadoras, no sentido de sensibilizar muitas pessoas, sobretudo entre os jovens – mas não só, pois muitos que tinham a impressão de que o Concílio Vaticano II estava adormecido se alegram por vê-lo acordado.

O atual papa é, indubitavelmente, um mestre, não tanto por sua autoridade magisterial e governamental, mas por ser um pedagogo. Um pedagogo do Evangelho, como foi o narrador de parábolas e amigo dos pobres que era Jesus, o carpinteiro de Nazaré. Sua pedagogia propõe ao mesmo tempo seriedade e alegria, generosidade e sacrifício. Procura, sobretudo, fazer a pessoa crescer acima de seu egoísmo e acomodação, indignos da vocação humana. Assim, embora criticando a “mundanidade”, ele ensina um profundo humanismo, pois ser humano é, em última instância, ser imagem e semelhança do Criador. Não há verdadeira felicidade em viver só na perspectiva de um mundo que alguns até acham descartável e ficar aquém da vocação de nossa origem (que chamamos de criação, sem nenhum “criacionismo”). E observe-se que a felicidade preconizada por Francisco não é apenas a do Além, mas a do cotidiano, hoje. Por isso, ela se chama alegria.

Esses três grandes textos e boa parte da pregação e dos discursos do Papa Francisco têm sido identificados como pastorais. Por sinal, é à “conversão pastoral” que ele não cessa de conclamar toda a Igreja. Muitos identificam esse caráter pastoral de sua pregação e atividade a uma teologia de segundo nível, pois o mais importante seria definir em cada tempo e com clareza o que é a fé cristã. Mais que preocupar-se com dogmas ou doutrinas seu pontificado nos diz que a vocação mesma da Igreja é pastoral, que ela só

se autorrealiza como Igreja se anuncia uma alegria que contagia e propõe gestos que tornem viva a ação salvadora e libertadora de seu Senhor. Oxalá toda teologia e todo agir da Igreja sejam pastorais, da mesma forma que são chamados a ser espirituais, existenciais, tornando próximo dos homens e mulheres o Reino que vem. Seu pontificado é então um convite a que a Igreja seja “perita em humanidade”, e continua, com evidência, atualizando a linha inaugurada pelo Concílio Vaticano II.